

Extração de manganês de área indígena usa nota fria

Mineração Esquema clandestino

Brasil exporta manganês ilegal

A partir de notas frias, que escondem a origem do produto, País tem enviado ao exterior minério obtido em florestas, terras indígenas e até áreas de concessões privadas

Mineração Esquema clandestino

Minas exauridas são 'cobertura' para origem do manganês

Documentos usados no transporte são de Estados sem reservas do minério; esquema domina boa parte da extração no Pará

ANDRÉ BORGES BRASÍLIA

A exportação de um dos principais minérios encontrados em terras brasileiras, o manganês, insumo que alimenta a produção mundial do aço e toda a indústria siderúrgica, tem sido marcada por esquemas fraudulentos montados para driblar órgãos de controle. Com o uso de notas fiscais frias, empresas omitem os verdadeiros locais de onde retiram milhares de toneladas do minério, promovendo saques em unidades de conservação florestal, terras indígenas e até áreas de concessões privadas. Para trás, deixam um rastro de destruição ambiental e prejuízos bilionários.

O Estadão levantou informações sobre um esquema que domina boa parte da extração de manganês no Pará. Municípios como Parauapebas, Curionópolis e Marabá, na região Sudeste do Estado, são hoje o epicentro

deste mercado clandestino, em uma área já conflagrada pelo desmatamento ilegal, garimpo e grilagem de terras. O plano consiste em utilizar documentos de extração emitidos em outros Estados, onde sequer há minas com atividades de exploração, para camuflar a verdadeira origem do material extraído.

A reportagem teve acesso a documentos de transporte de cargas usados por caminhoneiros, para que possam trafegar com o minério. A partir desses documentos, foi possível acessar as notas fiscais usadas e que maquiavam as fontes de origem das explorações ilegais.

Em 16 de dezembro de 2021, a CNB Minerações, dona de uma mina de manganês em Cavalcanti, na Chapada dos Veadeiros, em Goiás, emitiu uma nota fiscal "com fim específico de exportação". No papel, a empresa previa o envio de 5 mil toneladas de manganês para a Ásia.

Pelas informações do documento, centenas de caminhões deixariam o interior de Goiás para, em janeiro, seguir até o complexo industrial de Marabá em viagem de 1,3 mil km. De lá, percorreriam mais 600 km até os terminais do porto de Vila do Conde, em Barcarena, para envio à Ásia. Mas a origem desse

COMO FUNCIONA O ESQUEMA
Para esconder origem do manganês, empresa usa mina exaurida em Goiás
Image of a DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) for CNB MINERACOES LTDA, showing details of a transport document for manganês from Goiás to Pará.



Extração desordenada na região de Marabá: danos ambientais

minério só existia no papel.

Nenhum grama de manganês extraído pela CNB saiu de Cavalcanti, pois a mina da empresa localizada no município goiano está inativa e já foi exaurida há 20 anos (veja imagem acima). Ainda assim, papéis da empresa foram usados para "legalizar" o minério explorado clandestinamente no entorno de Marabá.

A reportagem encaminhou essas informações e documentos

à Agência Nacional de Mineração (ANM), responsável pela fiscalização do setor. A ANM confirmou a veracidade de todas as informações e disse que "já comunicou à Polícia Federal sobre esta exportação da CNB". O órgão declarou ainda que "providências estão sendo tomadas no sentido de instaurar a caducidade do título minerário da CNB".

Não é um caso isolado. Outras empresas são suspeitas de usarem o mesmo caminho para exportar manganês clandestino. Em agosto de 2020, a própria ANM apreendeu 70 mil toneladas do minério no porto de Vila do Conde, volume avaliado em R\$ 60 milhões. Mais da metade dessa carga - 37 mil toneladas - estava em nome da Sigma Extração de Metais. Conforme os documentos, a empresa sequer tinha autorização para extrair manganês. Em outubro de 2020, outros casos foram identificados, quando mais 146 mil toneladas de minério ilegal foram bloqueadas no porto do Pará,

prestes a embarcarem à China.

A reportagem procurou, insistentemente, as empresas CNB e Sigma, mas não conseguiu encontrar nenhum representante das companhias. Foram questionadas ainda as prefeituras das cidades paraenses de Marabá e Curionópolis, além do governo do Pará. Não houve nenhuma manifestação.

APF já instaurou cerca de 100 inquéritos que investigam o esquema criminoso na extração do manganês. As investigações são desdobramento da operação Migrador, que, desde 2018, tem desvendado o modus operandi da exploração clandestina no Pará.

A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM) afirmou que "a extração ilegal de manganês na região sudeste do Pará é problema grave que precisa ser tratado urgentemente pelo governo, porque envolve danos ambientais e sonegação fiscal".

MAIOR PARTE DO MANGANÊS DO BRASIL TEM A CHINA COMO DESTINO. PÁG. B3

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1 e 2